

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.428.732 - DF (2019/0008059-7)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**

**AGRAVANTE : DISTRITO FEDERAL**

**PROCURADORE : EVALDO DE SOUZA DA SILVA - DF009809**

**S**

**TIAGO STREIT FONTANA E OUTRO(S) - DF013457**

**AGRAVADO : CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIACAO E SELECAO E DE PROMOCAO DE EVENTOS - CEBRASPE**

**ADVOGADOS : MARIA LUIZA SALLES BORGES GOMES - DF013255**

**THIAGO FIGUEIREDO DE LIMA - DF027734**

**DANIEL BARBOSA SANTOS - DF013147**

**EMENTA**

TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. EXAME DE MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL PELA CORTE DE ORIGEM. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial do Distrito Federal, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional e interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado:

TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL. REEXAME NECESSÁRIO E RECURSO VOLUNTÁRIO. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. ENTIDADE EDUCACIONAL. FINALIDADE NÃO LUCRATIVA. CEBRASPE. REQUISITOS. PREENCHIMENTO. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE REALIZAÇÃO DE CONCURSO. DESTINAÇÃO PATRIMONIAL. SENTENÇA MANTIDA. 1. Preenchido o requisito constitucional, qual seja, a condição de entidade educacional sem fim lucrativo, reconhece-se a imunidade tributária, a qual decorre do próprio texto constitucional, que expressamente excluiu da competência tributária os impostos relativos a patrimônio, rendas e serviços dessas entidades, sem qualquer submissão a juízo valorativo da administração tributária; 2. Impertinente a alegação de que o contrato objeto dos autos tem por finalidade a prestação de serviços técnicos, porquanto consistente na organização e realização de provas de concurso público, atividade que, segundo o apelante, não poderia ser entendida como prestação de serviço de ensino. Primeiramente, o que importa para fins da imunidade é a aplicação dos recursos nas finalidades institucionais da entidade, e não, propriamente, a natureza do contrato que acarretou o recebimento do numerário. Em segundo lugar, a despeito de não estar ínsito a um processo educacional pretérito oportunizado pela impetrante, é inegável que o processo avaliativo, tal qual o realizado em certame público, guarda em si nítido conteúdo educacional; 3. Conhecidos e não providos a remessa oficial e o recurso de apelação" (29T. Ac. 909473, Des. Gislene

Pinheiro. Julgado em 25/11/2015. Publicado em 03/12/2015).

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados.

No recurso especial, o recorrente alega, além do dissídio jurisprudencial, violação dos seguintes dispositivos: a) arts. 489, II, e 1.022, II, do CPC, sustentando vícios na decisão que julgou os declaratórios; b) art. 9º, IV, "c", e §2º, do CTN, aduzindo que o recorrido não faz jus à imunidade tributária, posto que é reconhecido como instituição de educação; c) art. 14, §1º, do CTN, alegando que a imunidade tributária depende de prévia análise da autoridade tributária administrativa; d) arts. 14, I à III, do CTN e 1º, caput, da Lei n. 12.016/09, apontando que não foram cumpridos os requisitos previstos nos dispositivos para a concessão da imunidade.

Houve contrarrazões (e-STJ fls. 360/401).

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade por ausência de violação dos arts. 489, II, e 1.022, II, do CPC, bem como pela incidência da Súmula n. 7/STJ.

Insurge-se a parte agravante contra essa decisão, afirmando que, ao contrário do que supõe o juízo de admissibilidade, o recurso especial possui condições de admissão.

Não houve contraminuta pela parte agravada.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A agravante deixou de impugnar todos os fundamentos adotados na decisão de inadmissibilidade.

Isso porque, com relação à violação dos arts. 489, II, e 1.022, II, do CPC, a despeito da fundamentação na origem no sentido que não houve malferimento dos dispositivos, nas razões do agravo a parte limitou-se a sustentar incompetência do Presidente do TJDF, aduzindo que (e-STJ fl. 453):

Com efeito, como retratado pelo Julgado que segue transcrito, **quando o Recorrente de Recurso Especial alega ofensa às orientações normativas inscritas em imperativos ligados aos Embargos de Declaração**, ainda que para negar provimento ao Recurso, **cabe ao Superior Tribunal de Justiça decidir essa controvérsia, nunca, não e jamais ao Presidente do Tribunal recorrido.**

Tal afirmação revela combate não específico e inapto a reformar a decisão agravada, porque compete ao agravante, além de impugnar o óbice da Súmula n. 7/STJ, demonstrar as razões pelas quais restariam violados os dispositivos do CPC, o que não ocorreu *in casu*.

Observe que é entendimento consolidado no âmbito do STJ segundo o qual a Corte *a quo* não usurpa competência desse Tribunal ao adentrar no mérito do recurso especial ainda no juízo prévio de admissibilidade, por constituir atribuição do Tribunal examinar os pressupostos específicos e constitucionais relacionados ao mérito da controvérsia. Dessa forma, a argumentação da agravante não possui o condão de rebater o fundamento da decisão proferida na origem, atraindo o óbice da Súmula n. 182/STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXAME

DE MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL PELA CORTE DE ORIGEM. POSSIBILIDADE. SÚMULA 182/STJ. FUNDAMENTOS NÃO ATACADOS. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte pacificou o entendimento segundo o qual a emissão de juízo sobre o mérito do recurso especial, pelo Tribunal de origem, por ocasião do exame provisório de admissibilidade, não implica usurpação da competência do Superior Tribunal de Justiça. Precedentes.

2. Ao deixar a parte recorrente de impugnar a inadequação dos fundamentos deduzidos na decisão agravada, impõe-se a aplicação da Súmula 182 do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1083816/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 29/11/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182/STJ E DOS ARTS. 932, III, E 1.021, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DESTA CORTE NO EXERCÍCIO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO. INOCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 123/STJ. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno e para o Agravo em Recurso Especial, embora o Recurso Especial estivesse sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

II - Razões de agravo interno nas quais não impugnados especificamente os fundamentos da decisão agravada, o que, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus da Agravante. Incidência da Súmula n. 182 do STJ e aplicação do art. 932, III c/c art. 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil.

III - É necessário a aferição de pressupostos específicos relacionados ao mérito da controvérsia, quando realizado o exercício do juízo de admissibilidade do Recurso Especial pelo Tribunal de origem, nos termos da Súmula n. 123/STJ.

IV - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero desprovimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V - Agravo Interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 1074988/RJ, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 31/08/2017)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**

Relator

